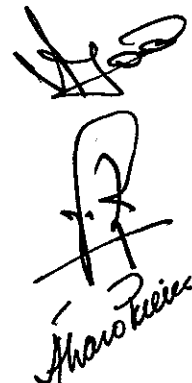


CONTRATO-PROGRAMA



Entre:

- 1) Município da Marinha Grande, pessoa coletiva de direito público, com sede na Praça Guilherme Stephens, Marinha Grande, NIPC 505 776 758, representado por Álvaro Manuel Marques Pereira, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, adiante designado como entidade concedente ou primeiro outorgante; e
- 2) Grupo Desportivo "Os Vidreiros", pessoa coletiva de direito privado sem fins lucrativos, com sede no Casal do Birne, Picassinos, 2430 Marinha Grande, NIPC 500 885 044, representada por Vítor João Pedrosa Agostinho, na qualidade de Presidente de Direção e Fernando Manuel Miranda Rosa, na qualidade de Vice - Presidente, adiante designada como entidade beneficiária ou segundo outorgante.

Considerando que:

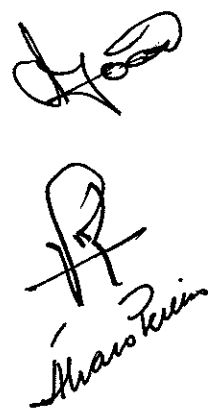
- a) Incumbe ao Estado, no sentido de todos os poderes públicos, em colaboração com as associações e coletividades desportivas promover, estimular e orientar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, de acordo com o artigo 79.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa.
- b) Compete à Câmara Municipal apoiar entidades e atividades de interesse municipal, designadamente de carácter desportivo, de acordo com as alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
- c) Os apoios ou comparticipações financeiras concedidas pelas autarquias locais, na área do desporto, são tituladas por contratos-programa de desenvolvimento desportivo, de acordo com o artigo 46.º, n.º 3, da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro (Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto).
- d) As entidades beneficiárias de apoios ou comparticipações financeiras na área do desporto ficam sujeitas a fiscalização por parte da entidade concedente, de acordo com o artigo 46.º, n.º 4, da Lei n.º 5/2007.
- e) Os apoios financeiros, materiais e logísticos concedidos pelos municípios devem ser objeto de contratos-programa de desenvolvimento desportivo, nos termos enunciados no Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

Cláusula 1.ª

Objeto do contrato

1 - O presente contrato tem por objeto a execução de um programa de desenvolvimento desportivo que consiste na colocação de um relvado sintético no campo de jogos do Tojal, apresentado pela entidade beneficiária.

2 - O programa de desenvolvimento desportivo, que se dá por integralmente reproduzido, obedece ao disposto no Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, devendo a sua justificação e a avaliação dos resultados esperados ser objeto de permanente acompanhamento por parte do primeiro outorgante.



Cláusula 2.ª

Obrigações do segundo outorgante

Constituem obrigações do segundo outorgante:

- a) Assegurar a execução integral do programa de desenvolvimento desportivo;
- b) Assegurar a criação e manutenção de equipas de futebol, de diferentes escalões etários e de ambos os sexos;
- c) Garantir um acréscimo do número de atletas afetos à prática de futebol, de diferentes escalões etários e de ambos os sexos;
- d) Assegurar a afetação do equipamento participado à prática das atividades desportivas previstas;
- e) Assegurar a execução integral dos termos do presente contrato;
- f) Afetar o apoio financeiro concedido exclusivamente à execução do programa objeto deste contrato;
- g) Informar de imediato a entidade concedente de quaisquer factos que sejam suscetíveis de perturbar a normal execução do contrato;
- h) Prestar consentimento expresse para a consulta da respetiva situação tributária pelos serviços da entidade concedente, nos termos da lei;
- i) Incluir nos seus relatórios anuais de atividades uma referência expressa à execução do contrato-programa;
- j) Elaborar e enviar à entidade concedente, até 9 de dezembro de 2014, um relatório sobre a execução do contrato-programa;
- k) Prestar quaisquer informações ou apresentar documentos solicitados pela entidade concedente que respeitem à execução do programa;
- l) Dar a conhecer aos seus associados, dirigentes, beneficiários e outros, a celebração deste contrato-programa.
- m) Organizar a sua contabilidade por centros de custo, com reconhecimento claro dos custos incorridos pelo presente contrato-programa e a identificação das receitas;
- n) Certificar as suas contas por revisor oficial de contas ou por sociedade revisora de contas, nos termos do n.º 1, do artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, até ao limite do prazo estipulado para a submissão das contas, da entidade beneficiária da comparticipação, à Autoridade Tributária.



Cláusula 3.ª

Duração do contrato

- 1 - O presente contrato vigora até ao cumprimento de todas as obrigações assumidas pela entidade beneficiária.
- 2 - O contrato não tem uma duração superior a cinco anos, a contar da data da sua celebração.

Cláusula 4.ª

Comparticipação financeira

- 1 - Pela execução do programa de desenvolvimento desportivo o segundo outorgante é beneficiário de um apoio financeiro por parte do primeiro outorgante no valor de 100.000,00€ (cem mil euros).
- 2 - O valor global do investimento é de 117.700,00€ (cento e dezassete mil e setecentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, sendo o valor máximo da participação financeira de 100.000,00€ (cem mil euros) que corresponde a 84,962% dos custos efetivos totais do objeto do programa de desenvolvimento desportivo.
- 3 - A participação financeira objeto do presente contrato não pode ultrapassar, em caso algum, qualquer dos seguintes limites:
 - a) A percentagem referida no n.º anterior, calculada sobre o valor do investimento antes de impostos; e
 - b) O limite máximo de cem mil euros.
- 4 - A restante componente financeira e quaisquer outros custos necessários à implementação do objeto deste contrato são suportados pelo Grupo Desportivo “Os Vidreiros”, com exceção do montante de 2.500,00 euros assumido pela Junta de Freguesia da Marinha Grande.
- 5 - A participação financeira é liquidada na totalidade até ao dia 22 de dezembro de 2014, mediante prévia confirmação escrita da realização do investimento por parte dos serviços municipais responsáveis pela gestão do presente contrato.
- 6 - Para efeitos do disposto no número anterior a entidade beneficiária de apoios financeiros deve prestar consentimento expresse para a consulta da respetiva situação tributária pelos serviços da entidade concedente, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 114/2007, de 19 de abril.

7 - O pagamento da comparticipação financeira depende da inexistência, à data do mesmo, de uma situação de incumprimento por parte do beneficiário das suas obrigações fiscais ou para com a segurança social.

8 - O segundo outorgante deve apresentar ainda, até 9 de dezembro de 2014, relatório de receitas e despesas no âmbito do presente contrato, com inclusão de fotografias, assim como os documentos comprovativos, de todas as despesas efetuadas no exercício económico de 2014 relativas ao presente contrato, para efeitos de certificação dos originais das faturas, recibos e comprovativos do depósito cheque ou outra forma de pagamento utilizada.

9 - Se a forma de pagamento utilizada for o cheque, o segundo outorgante deve, no prazo máximo de três dias úteis a contar da data de pagamento, apresentar ao primeiro outorgante extrato bancário comprovativo do respetivo desconto.

10 - A despesa inerente a este contrato será satisfeita por dotação existente na seguinte classificação económica: 06/080701; compromisso n.º 2517 de 12 de novembro de 2014;

11 - Em caso algum, será efetuado pelo primeiro outorgante qualquer pagamento no âmbito do presente contrato no ano de 2015 e subsequentes.

12 - Apenas serão suportados os encargos diretamente relacionados com objeto do presente contrato e até ao limite estabelecido no n.º 1.

13 - A falta de apresentação da certificação das contas, referida na alínea n), da cláusula 2.ª, até à data limite identificada impede o segundo outorgante de beneficiar de quaisquer benefícios, em numerário ou em espécie, até que proceda à sua entrega.

Cláusula 5.ª

Acompanhamento e controlo deste contrato

1 - O primeiro outorgante exerce a fiscalização da execução do contrato-programa, podendo realizar, para o efeito, inspeções, inquéritos e sindicâncias ou determinar a realização de uma auditoria por entidade externa.

2 - A entidade beneficiária deve prestar à entidade concedente da comparticipação financeira todas as informações por esta solicitadas acerca da execução do presente contrato.

3 - A entidade beneficiária da comparticipação financeira inclui nos seus relatórios anuais de atividade uma referência expressa à execução do contrato-programa.

4 - A execução do objeto do presente contrato deve ser acompanhada pelos serviços municipais responsáveis pela sua gestão, no termo da qual deve ser elaborado um relatório fundamentado que constitui condição necessária ao pagamento referido na cláusula 4.ª.

5 - A entidade beneficiária da comparticipação financeira envia à entidade concedente, no prazo máximo de 10 dias após o termo do presente contrato, um relatório final sobre a sua execução, tendo em conta a justificação e os resultados esperados do programa de desenvolvimento desportivo.

6 - A fiscalização das obrigações enunciadas nas alíneas b) a d), da cláusula 2.ª, deve ser assegurada, pelos serviços municipais responsáveis pela gestão do presente contrato, pelo período mínimo de 5 anos, a contar da data da sua celebração.

7 - A fiscalização a que se refere o número anterior é objeto de relatório anual fundamentado, a elaborar até ao termo do mês de agosto de cada ano, e é obrigatoriamente instruído com documentos comprovativos oficiais e/ou públicos.

8 - O cumprimento, pelo período de 5 anos a contar da data da celebração do contrato, das obrigações enunciadas nas alíneas b) a d), da cláusula 2.ª, constitui condição para o recebimento de quaisquer outros benefícios atribuídos pelo primeiro outorgante.

Cláusula 6.ª

Gestão e manutenção

1 - Os bens adquiridos ao abrigo do presente contrato e o prédio em que foram instalados integram o património do Grupo Desportivo “Os Vidreiros”, não sendo possível a sua alíneação, oneração, arrendamento, concessão ou promessa de venda sem prévia e expressa autorização da Câmara Municipal.

2 - A gestão e manutenção do campo relvado sintético são da exclusiva responsabilidade do Grupo Desportivo “Os Vidreiros”.

3 - A garantia de afetação futura dos bens aos fins do contrato é assegurada através da fiscalização continuada e sistemática pelos serviços municipais responsáveis pela gestão deste contrato e pela condição prevista no n.º 8, da cláusula 5.ª.

Cláusula 7.ª

Revisão

O presente contrato pode ser modificado nos termos do artigo 21.º, do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

Cláusula 8.ª

Suspensão

Os benefícios financeiros concedidos ao abrigo do presente contrato suspendem-se se a entidade beneficiária se encontrar, em qualquer momento, em situação de incumprimento das suas obrigações fiscais ou para com a segurança social.

Cláusula 9.ª

Cessação

1 – O presente contrato cessa:

- a) Quando estejam concluídas todas as obrigações assumidas pelo segundo outorgante;
- b) Quando, por causa imputável à entidade responsável pela execução do programa se torne objetiva e definitivamente impossível a realização dos seus objetivos;
- c) Quando a entidade concedente do apoio exerça o seu direito de resolver o contrato;
- d) Quando não forem apresentados os documentos a que se refere o n.º 2, do artigo 25.º, do Decreto-Lei n.º 273/2009;
- e) Quando não forem apresentadas as informações e ou os documentos a que se refere a alínea k) da cláusula 2.ª.

2 – A cessação do contrato efetua-se através de notificação dirigida à parte outorgante, no prazo máximo de 30 dias a contar do conhecimento do facto que lhe serve de fundamento.

3 - A cessação antecipada do contrato é precedida de audiência do segundo outorgante, nos termos do Código do Procedimento Administrativo.

Cláusula 10.ª

Direito à restituição

1 - O incumprimento culposo do contrato-programa, por parte da entidade beneficiária da comparticipação financeira, confere à entidade concedente o direito a reaver todas as quantias pagas, quando se verifique a impossibilidade de realização dos fins essenciais do programa.

2 - É aplicável o disposto no artigo 29.º, do Decreto-Lei n.º 273/2009.

3 - O incumprimento do n.º 1, da cláusula 6.ª e a eventual deteção de desconformidades na certificação das contas, efetuada nos termos da alínea n), da cláusula 2.ª, implicam a devolução, parcial ou total, da comparticipação financeira objeto deste contrato, em função

dos respetivos efeitos, pela qual respondem solidariamente os membros da direção do segundo outorgante.

Cláusula 11.ª

Publicidade

1 - O presente contrato deve ser publicitado nos termos do n.º 1, do artigo 27.º, do decreto-Lei n.º 273/2009.

2 - No prazo de 15 dias após o pagamento da comparticipação financeira deve ser afixada, em local visível, uma placa com a indicação do valor do investimento total e do valor da comparticipação financeira pública.

3 - O texto a incluir na placa deve ser previamente validado pelo primeiro outorgante.

Cláusula 12.ª

Omissões

Nos casos omissos é aplicável o regime jurídico dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, e as demais normas de direito administrativo.

Cláusula 13.ª

Efeitos

1. O presente contrato produz efeitos na data da sua assinatura.

2. O presente contrato-programa foi aprovado através de deliberação da Câmara Municipal de 03 de novembro de 2014.

Marinha Grande 17, de novembro de 2014.

1º Outorgante

Álvaro Távila

2º Outorgante

GRUPO DESPORTIVO
"OS MOURINOS"
N.º 1.º 580 883 044
CASA DO BIRHE — PICASSINOS — 2400 MARINHA GRANDE
Álvaro Távila
TSA

Handwritten signature or initials.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

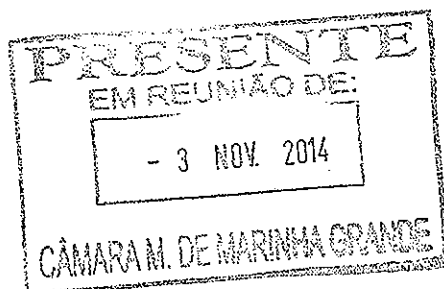
ANO DE 2014

DESIGNAÇÃO DA ENTIDADE REQUERENTE:

GRUPO DESPORTIVO "OS VIDREIROS"

PARA:

MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE
PRAÇA GUILHERME STEPHENS
2430-960 - MARINHA GRANDE
TEL: 244 573 300 FAX: 244 561 710



0. Objetivo do Programa de Desenvolvimento Desportivo

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro, que aprova o regime jurídico dos contratos-programas de desenvolvimento desportivo, a atribuição de apoios financeiros, materiais e logísticos bem como de patrocínios desportivos, por parte do Estado, Regiões Autónomas ou Autarquias Locais, carece da celebração de contratos-programa de desenvolvimento desportivo entre a entidade concedente e a entidade beneficiária.

De acordo com o artigo 8.º, a concessão de apoios mediante a celebração de contratos-programa de desenvolvimento desportivo tem em vista, nomeadamente, os seguintes objetivos:

- Enquadrar a execução de programas concretos de promoção da atividade física e do desporto;
- Fazer acompanhar a concessão dos apoios por uma avaliação completa dos custos de programa ou projeto, assim como dos graus de autonomia financeira, técnica, material e humana previstos para a sua execução;
- Permitir a intervenção e mútua vinculação de diversas entidades interessadas na realização de um mesmo programa de desenvolvimento desportivo;
- Reforçar o sentido de responsabilidade dos outorgantes relativamente ao cumprimento das obrigações por eles livremente assumidas;
- Assegurar a plena publicidade e transparência das condições com base nas quais os apoios são concedidos.

O n.º 1 do artigo 11.º impõe a necessidade das associações e clubes desportivos que se proponham à realização de contratos-programa de desenvolvimento desportivo com a Autarquia Local, que estes integrem, no respetivo clausulado ou em anexo ao mesmo, o seu programa de desenvolvimento desportivo objeto dessa comparticipação. Acresce ainda referir que no n.º 2 do mesmo artigo clarifica-se o que se considera por programas de desenvolvimento desportivo:

- Os planos regulares de ação das entidades que fomentam e dirigem, no plano nacional, regional ou local, a prática das diversas modalidades desportivas;
- Os planos de ação específica destinados a promover e divulgar a atividade física e o desporto, a organizar competições com interesse social ou desportivo relevante ou a apoiar a participação de praticantes portugueses em provas internacionais;
- Os projetos de construção ou melhoramento de instalações e equipamentos desportivos;
- As iniciativas que visem o desenvolvimento e a melhoria da prática da atividade física e do desporto, nomeadamente nos domínios da formação, da documentação, da investigação ou das relações com organismos internacionais.

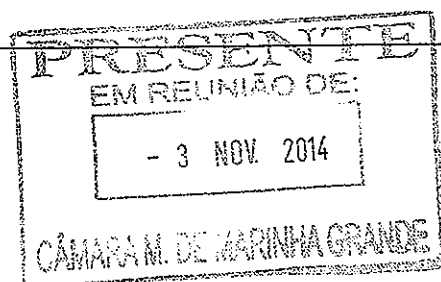
O artigo 12.º define claramente o seu n.º 1 os elementos que os programas de desenvolvimentos desportivos devem conter, assim:

- Descrição e caracterização específica das atividades a realizar;
- Justificação do programa, nomeadamente do ponto de vista do desenvolvimento das modalidades em causa e das provas, competições ou eventos desportivos a realizar;
- Quantificação dos resultados esperados com a execução do programa;
- Previsão de custos e das necessidades de financiamento público, com os respetivos cronogramas ou escalonamentos;
- Demonstração do grau de autonomia financeira, técnica, material e humana oferecido pela entidade proponente para a execução do programa, incluindo, se for caso disso, a indicação de outras comparticipações, financiamentos ou patrocínios e respetivas condições;
- Identificação de quaisquer entidades eventualmente associadas à gestão e execução do programa, definindo a natureza da sua intervenção, os seus poderes e as suas responsabilidades;
- Relações de complementaridade com outros programas já realizados ou em curso de execução na mesma área ou em áreas conexas, se os houver;
- Calendário e prazo global de execução do programa de desenvolvimento desportivo;
- Destino dos bens adquiridos ou construídos ao abrigo do programa, se a sua titularidade não ficar a pertencer à entidade outorgante do contrato, bem como a definição da entidade responsável pela sua gestão e manutenção.

O n.º 2 do mesmo artigo refere que quando o programa tiver em vista a construção de instalações ou equipamentos desportivos deve, ainda, além dos elementos referidos no número anterior, conter a planta da respetiva localização e os estudos prévios ou descrições técnicas necessários à sua apreciação.

Por último no n.º 3 impõe que se estiver prevista a participação de terceiras entidades no contrato-programa, devem estas ser igualmente identificadas na proposta, com indicação dos respetivos direitos e obrigações.

Assim, no sentido de facilitar a elaboração deste programa de desenvolvimento desportivo, a Câmara Municipal da Marinha Grande, desenvolveu o presente documento que deverá ser preenchido mediante a candidatura para efeitos de avaliação.



[Handwritten signature]

1.ª Parte - Conteúdo Funcional

1. Programa de Desenvolvimento Desportivo

* caracterizar o programa de desenvolvimento desportivo, seleccionando (indicando com uma cruz (X), a(s) área(s) a que respeita esta candidatura. (artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro)

☐

Plano de acção regular que visa o desenvolvimento de uma ou mais modalidades desportivas;

☐

Plano de iniciativas que visem o desenvolvimento e a melhoria da prática da actividade física e do desporto.

☒

Projectos de construção ou melhoramento de instalações e equipamentos desportivos;

2. Objeto do Programa de Desenvolvimento Desportivo

* neste campo deve a entidade elaborar uma breve descrição e caracterização específica das atividades a realizar, indicando as diversas modalidades, escalões, campeonatos e provas oficiais que irá disputar, bem como a justificação do programa de desenvolvimento desportivo (alínea a) e b) n.º1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro)

O Grupo Desportivo Os Vidreiros pretende efetuar a colocação de um relvado sintético para o Campo de Jogos do Tojal.

A colocação do relvado sintético permite proporcionar as condições necessárias para fomentar a iniciação, formação e prática de futebol, desde as camadas jovens aos seniores, através de protocolo e parecerias estabelecidas, entre eles, uma entidade de referência na formação de futebol, associações de pais das escolas do 1.º ciclo, e escolas de Picassinos e Comeira, entre outras.

Este investimento irá ainda permitir um gradual incremento de atletas e utilizadores nas nossas instalações desportivas, que será fundamental para o desenvolvimento cultural, social e desportivo, dos jovens e pais do nosso concelho.

Esta construção irá permitir ainda a criação de equipas federadas de futebol juvenil, inexistentes nesta zona do concelho, além disso iremos poder criar uma nova equipa de futebol feminino, fortalecendo ainda a equipa de futebol sénior.

Assim, pretende-se criar as seguintes equipas de futebol:

- Futebol feminino sénior;
- Futebol feminino júnior;
- Escolinhas de futebol juvenil;
- Consolidar a equipa sénior.

Estamos cientes que este investimento irá ainda permitir que os nossos praticantes melhorem a qualidade de vida. A atividade física e os desportos saudáveis são essenciais para a nossa saúde e bem-estar.

A atividade física adequada e o desporto para todos constituem um dos pilares para um estilo de vida saudável.

3. Quantificação dos Resultados Esperados com a Execução do Programa de Desenvolvimento Desportivo

* neste campo deve a entidade preencher os resultados, qualitativos e quantitativos, que pretende alcançar com o programa de desenvolvimento desportivo (alínea c) n.º1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro)

As equipas irão disputar os campeonatos distritais vem como tentar alcançar divisões nacionais.

Além disso a equipa de futebol feminino sénior já se encontra a disputar competições do campeonato nacional.

Com este equipamento a ser criado no campo de Jogos do Tojal permite-nos disputar campeonatos nacionais, juniores e seniores femininos.

Pretendemos ainda aumentar o número de atletas praticantes da modalidade de futebol, que na época anterior era de 22 jogadores e nesta presente época desportiva de 2014/2015, pretendemos aumentar para 51 atletas sendo que está previsto para as épocas posteriores um acréscimo do número de atletas jovens, prevendo-se assim um aumento de aproximadamente de 15 atletas a mais por cada época desportiva, pretendendo com isso atingindo nos próximos 5 anos um total de 125 praticantes.

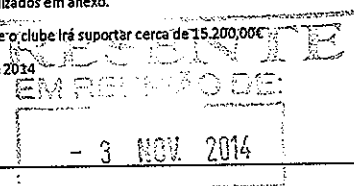
4. Previsão de custos e das necessidades de financiamento público (quando aplicável)

* neste campo deve a entidade identificar a previsão de custos e das necessidades de financiamento público, com os respetivos cronogramas ou escalonamentos (alínea d) n.º1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro)

O valor do investimento total é de aproximadamente 117.700,00€, sujeito, se aplicável a IVA à taxa legal em vigor, conforme orçamentos atualizados em anexo.

As necessidades de financiamento público são de 102.500,00€ (Câmara Municipal – 100.000,00€ e Junta de Freguesia – 2.500,00€), sendo que o clube irá suportar cerca de 15.200,00€

O clube pretende concluir a obra durante o mês de novembro de 2014, sendo que o pagamento será integralmente efetuado ainda no ano de 2014



5. Demonstração do grau de autonomia financeira, técnica e humana (quando aplicável)

* neste campo deve demonstrar o grau de autonomia financeira, técnica e humana (alínea e) n.º1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro)

Para a colocação do relvado sintético, objeto deste programa de desenvolvimento desportivo, o clube irá obter uma comparticipação financeira da Junta de Freguesia da Marinha Grande no valor de 2.500,00€, correspondendo assim a cerca de 2,124% do encargo total estimado.

Preve-se que o financiamento da Câmara Municipal seja de 100.000,00€ ou seja 84,962%, sendo que o clube suportará cerca de 12,914% (O clube suportará então de 15.200,00€), de do custo integral deste programa, deduzidos os financiamentos da Câmara Municipal e Junta de Freguesia.

O clube irá proceder à contratação integral desta obra, não sendo alocados quaisquer recursos humanos, técnico e material para a realização deste trabalho.

6. Identificação de outras entidades associadas à gestão do Programa de Desenvolvimento Desportivo (quando aplicável)

* neste campo deve a entidade identificar quaisquer entidades eventualmente associadas à gestão e execução do programa, definindo a natureza da sua intervenção, os seus poderes e as suas responsabilidades (alínea f) n.º1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro)

Não se aplica

7. Relações de complementariedade com outros programas realizados ou em curso (quando aplicável)

* neste campo deve a entidade preencher, caso se verifique, as relações de complementariedade com outros programas já realizados ou em curso de execução na mesma área ou em áreas conexas (alínea g) n.º1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro)

Não se aplica

8. Calendário e Prazo Global de Execução do Programa de Desenvolvimento Desportivo

* neste campo deve a entidade preencher a data de início e o termo do programa de desenvolvimento desportivo (alínea h) n.º1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro)

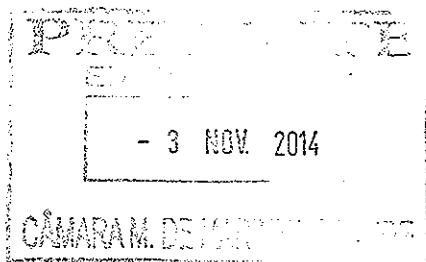
Início da execução do Programa: 01/Julho/2014

Termo da execução do Programa: 30/novembro/2014

9. Destino dos bens adquiridos ou construídos

* neste campo deve a entidade identificar qual o destino dos bens adquiridos ou construídos ao abrigo do programa (alínea i) n.º1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro)

A titularidade dos equipamentos continuará a pertencer ao clube



11. Previsão de Custos e de Receitas

* nestes campos deve a entidade preencher os custos e as receitas individualizadas por modalidade desportiva constante o programa de desenvolvimento desportivo (alínea d) n.º1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro)

Tabela 2-A: Tabela a preencher com todas as despesas previsionais (orçamentadas) para a atividade federada enunciada na tabela 1-A e 1-B

Modalidade Desportiva	Descrição Sumária da Despesa	Despesa Prevista
Futebol	Custo de Funcionamento da Modalidade:	
	Remuneração pessoal técnico	6.500,00 €
	Conservação e reparação de materiais desportivos	
	Aquisição de equipamentos desportivos	1.200,00 €
	Conservação, reparação e manutenção de instalações	600,00 €
	Inscrições e seguros de atletas	4.400,00 €
	Obra de construção do relvado sintético	117.700,00 €
	Outros custos	2.200,00 €
	Total	132.600,00 €
	Custo de Funcionamento da Modalidade:	
	Remuneração pessoal técnico	
	Conservação e reparação de materiais desportivos	
	Aquisição de equipamentos desportivos	
	Conservação, reparação e manutenção de instalações	
	Inscrições e seguros de atletas	
	Alimentação e estadia	
	Outros custos	
	Total	€
	Custo de Funcionamento da Modalidade:	
	Remuneração pessoal técnico	
	Conservação e reparação de materiais desportivos	
	Aquisição de equipamentos desportivos	
	Conservação, reparação e manutenção de instalações	
	Inscrições e seguros de atletas	
	Alimentação e estadia	
	Outros custos	
	Total	€
	Custo de Funcionamento da Modalidade:	
	Remuneração pessoal técnico	
	Conservação e reparação de materiais desportivos	
	Aquisição de equipamentos desportivos	
	Conservação, reparação e manutenção de instalações	
	Inscrições e seguros de atletas	
	Alimentação e estadia	
	Outros custos	
	Total	€

- 3 NOV 2014

Tabela 2-B Tabela a preencher com todas as receitas previsionais (orçamentados) para a atividade federada enunciada na tabela 1-A e 1-B

Modalidade Desportiva	Descrição Sumária da Receita	Receita Prevista
Futebol	<u>Receita de Funcionamento da Modalidade:</u>	
	Formação / Camadas jovens	800,00 €
	Patrocínios / Publicidade	
	Bilheteira	600,00 €
	Subsídios da Câmara Municipal	102.702,25 €
	Subsídios de outras entidades públicas	
	Apoios e donativos particulares	5.200,00 €
	Outras receitas	23.200,00 €
	Total	132.502,25 €
	<u>Receita de Funcionamento da Modalidade:</u>	
	Formação / Camadas jovens	
	Patrocínios / Publicidade	
	Bilheteira	
	Subsídios da Câmara Municipal	
	Subsídios de outras entidades públicas	
	Apoios e donativos particulares	
	Outras receitas	
	Total	
	<u>Receita de Funcionamento da Modalidade:</u>	
	Formação / Camadas jovens	
	Patrocínios / Publicidade	
	Bilheteira	
	Subsídios da Câmara Municipal	
	Subsídios de outras entidades públicas	
	Apoios e donativos particulares	
	Outras receitas	
	Total	
	<u>Receita de Funcionamento da Modalidade:</u>	
	Formação / Camadas jovens	
	Patrocínios / Publicidade	
	Bilheteira	
	Subsídios da Câmara Municipal	
	Subsídios de outras entidades públicas	
	Apoios e donativos particulares	
	Outras receitas	
	Total	

Tabela 3 Tabela a preencher com o valor total das despesas e receitas previsionais (orçamentados) para a atividade federada enunciada na tabela 1-A e 1-B

Total de Despesas Tabela 2-A	132.600,00 €
Total de Receitas Tabela 2-B	132.502,25 €

- 3 NOV. 2014

12. Outras Informações

* neste campo deve a entidade preencher outras informações que considere relevantes na análise do programa de desenvolvimento desportivo

13. Responsáveis pela assinatura do Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo

O contrato-programa de desenvolvimento desportivo deverá ser obrigatoriamente assinado pelos responsáveis da entidade, de acordo com a forma de obrigar. Assim deve indicar o nome completo, morada e número contribuinte do(s) responsável(els) pela entidade:

Responsável 1:

VITOR JOÃO PEDROSA AGOSTINHO

CONTRIBUINTE 161 467 717

PRESIDENTE DA DIREÇÃO

Responsável 2:

FERNANDO MANUEL MIRANDA ROSA

CONTRIBUINTE 102 352 607

VICE PRESIDENTE DA DIREÇÃO

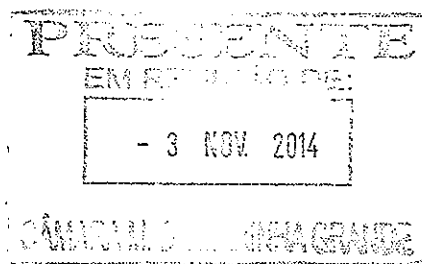
14. Assinatura do Programa de Desenvolvimento Desportivo

O Programa de Desenvolvimento Desportivo deve ser acompanhado pelas declarações válidas de não dívida às Finanças e à Segurança Social, devendo existir o consentimento expresso para a consulta da situação tributária por parte dos serviços da Câmara Municipal.

O presente documento deverá ser devidamente assinado e carimbado pelo Presidente da direção, ou um seu representante.

Data: 24/10/2014

GRUPO DESPORTIVO
"OS VIDREIROS"
N.I.F. 500 693 012
CASAL DO BIRNE — PICASSINOS — 2430 MARINHA GRANDE





GRUPO DESPORTIVO "OS VIDREIROS"

(Fundado em 1939 — Campo do Tojal)

TELEF. 044 - 560 880 • CASAL DO BIRNE • PICASSINOS • 2430 MARINHA GRANDE

DECLARAÇÃO

Para os devidos efeitos o Grupo Desportivo "Os Vidreiros", com sede social no Campo do Tojal, Casal de Bime, Picassinos- Marinha Grande, com NIF 500885044, declara que irá proceder à certificação das contas por revisor oficial de contas ou sociedade revisora de contas, nos termos do artigo 20.º do Decreto Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

Declara também:

- O valor do investimento total é de aproximadamente 117.700,00 euros.

- Para este investimento ser possível contaremos com a comparticipação financeira da Câmara Municipal da Marinha Grande e com a Junta de Freguesia da Marinha Grande.

- As necessidades de financiamento público são de 102.500,00 euros, sendo que o G.D. "Os Vidreiros" irá suportar cerca de 15.200 euros, correspondendo a:
Câmara Municipal da Marinha Grande 100.000,00€
Junta de Freguesia da Marinha Grande 2.500,00€

- O equipamento ficará afeto integralmente ao clube, sendo que a gestão e manutenção ficará de igual modo da responsabilidade do mesmo.

- O equipamento será património do clube, comprometendo-se este não afetar a terceiros o seu uso ou utilização.

Juntamos ainda em anexo o seguinte:

- A declaração da Autoridade Tributária onde conste o regime de IVA aplicável, sendo neste caso regime de IVA normal trimestral.

Picassinos, 24 de outubro de 2014

**GRUPO DESPORTIVO
"OS VIDREIROS"**
NIF 500 885 044
CASAL DO BIRNE — PICASSINOS — 2430 MARINHA GRANDE

